



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**licitação MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**05/2026**

**CONTRATANTE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RONDÔNIA**

**OBJETO**

**Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 1.887.501,60 (um milhão oitocentos e oitenta e sete mil quinhentos e um reais e sessenta centavos).**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 07/04/2026 às 10h00min (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COM PREFERÊNCIA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS**

**PREGOEIRO DESIGNADO-INTERINO: RONEI EDUARDO DOS SANTOS**

**EQUIPE DE APOIO DO PREGÃO: TAYNARA VIEIRA BORDINHÃO**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	3
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	13
8. DOS RECURSOS .....	15
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	16
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
11. DO TERMO DE CONTRATO .....	18
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

**EDITAL**

**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025  
(Processo Administrativo nº 2701-2025/SEMA)**

**ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO COM PREFERÊNCIA PARA  
ME/EPP/EQUIPARADAS**

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Buritis, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Licitações e Contratações, sediada na Rua São Lucas, 2476, setor 06, CEP 76.880-000, na cidade de Buritis, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1 DO OBJETO**

**1.1 Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.**

1.2 Visando elaborar, atualizar, acompanhar e implementar todos os programas, documentos, laudos e sistemas obrigatórios à gestão de Saúde e Segurança do Trabalho SST da Administração Municipal, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XL (serviços contínuos), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será de item único, conforme tabela constante **Anexo III** deste Edital (Estimativa de custos - Relação de itens).

1.3 *A descrição do item objeto desta licitação para elaboração das propostas constam neste edital (termo de referência e relação de itens) e não devem ser confundidas com a descrição genérica constante no sistema LICITANET, pois a descrição do sistema é genérica.*

**2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal Licitanet: (<http://www.licitanet.com.br/>).

2.2 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

2.2.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação e estiverem devidamente credenciados no site [www.licitanet.com.br/](http://www.licitanet.com.br/);

2.3 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

2.4 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.

2.5 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

2.6 O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 175 parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/21.

2.7 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

2.8 A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Buritis.

2.9 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Licitanet até à data prevista para recebimento das propostas.

2.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.11 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.12 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.13 O Item, objeto desta contratação, é de **Ampla Participação, com preferência** para microempresas e empresas de pequeno porte.

2.14 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.15 Não poderão disputar esta licitação:

2.15.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.15.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.15.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.15.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

2.15.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.15.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.15.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.15.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.15.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.15.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16 O impedimento de que trata o item 2.15.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.17 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.15.2 e 2.15.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.18 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.19 O disposto nos itens 2.15.2 e 2.15.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.20 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.21 A vedação de que trata o item 2.15.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital – **menor preço por item**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, **em campo próprio do sistema**, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.4.3. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

3.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.10. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor e total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de cinco décimos por cento (0,5%)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado: **aberto**.
- 5.12. No modo de disputa “aberto”, adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18.5. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.5.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.5.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.6.2. Empresas brasileiras;

5.18.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta, **(ANEXO II MODELO DA PROPOSTA)** do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, A PREGOEIRA poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.15 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) **SICAF**, para o CNPJ e CPF do sócio majoritário;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.1. As certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos CNPJs, serão substituídas pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU** ([Certidões Administração Pública Federal \(tcu.gov.br\)](https://www.tcu.gov.br/certidoes-administracao-publica-federal)). Além da consulta ao SICAF e TCU CONSOLIDADA, será consultado também o **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP** – da Controladoria Geral do Estado de Rondônia no seguinte sítio eletrônico: <https://transparencia.ro.gov.br/>.

6.1.2. Serão realizadas consultas do CPF do sócio majoritário, além do **SICAF**, nos seguintes sítios eletrônicos: **CNJ** – Conselho Nacional de Justiça <https://www.cnj.jus.br/>, no **TCU** – Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/>, e para as certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos CPFs, será realizada consulta ao sítio da **CGU** – Controladoria Geral da União <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3 e 3.4 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, a planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos no **ANEXO II DESTE EDITAL (CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.2.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados via sistema eletrônico (Licitanet) podendo ser assinado digitalmente (quando for o caso).

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.4. Será verificado se o licitante **apresentou declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.5. Será verificado se o licitante **declarou** no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

I.1. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.8. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

7.9. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.8.1.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.buritis.ro.gov.br](http://www.buritis.ro.gov.br) > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>).





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

9.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

9.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.6 fraudar a licitação;

9.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

9.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

9.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1 advertência;

9.2.2 multa;

9.2.3 impedimento de licitar e contratar e

9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

9.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1 Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2 Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

9.16 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <http://www.licitanet.gov.br> e via e-mail para o endereço: [cpl@buritis.ro.gov.br](mailto:cpl@buritis.ro.gov.br).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DO TERMO DE CONTRATO**

11.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

11.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração: disponibilizar acesso à sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis.

11.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

11.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

11.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

11.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.5 Os prazos dos itens 11.2 e 11.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11.7 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **12 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

12.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6 É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7 O Contratado deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11 O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **13 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

13.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

7.1 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.buritis.ro.gov.br](http://www.buritis.ro.gov.br) > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>) e <http://www.licitanet.gov.br> (LICITANET).

13.9.1 ANEXO I - Modelo da Proposta;

13.9.2 ANEXO II- Condições para habilitação;







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

- 13.9.3 ANEXO III- Estimativa de custos - Relação de itens;
- 13.9.4 ANEXO IV – Minuta de contrato;
- 13.9.5 ANEXO V – Termo de Referência;
- 13.9.6 Apêndice do Anexo V – Estudo Técnico Preliminar.

Buritis, 19 de março de 2026.

Revisado e aprovado por: **Thiago Alves de Sousa**  
Superintendente de licitações e contratações





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

ANEXO I DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026/SLC  
PROCESSO Nº 2701/2025/SEMA

LICITANTE \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_ TEL. FAX: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
BANCO: \_\_\_\_\_ AG.: \_\_\_\_\_ C. CORRENTE: \_\_\_\_\_

Item	Especificação	Unidade De Medida	Marca / Modelo	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Obs: Ao licitante, favor encaminhar juntamente com a proposta os dados do responsável pela assinatura do contrato, incluindo: nome, cpf, data de nascimento, telefone - WhatsApp e e-mail.

Essas informações são essenciais para a formalização do contrato e comunicação entre as partes.

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em firmar a contratação no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

***ANEXO II DO EDITAL***  
**CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

**CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação, ou da Certidão de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura Municipal de BURITIS, ou pelo SICAF. *Caso haja alguma certidão vencida, a mesma deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo compreendido entre a divulgação do edital no sítio eletrônico e o horário limite da sessão pública, conforme descrito no preâmbulo deste edital.* Os documentos de habilitação abaixo, que não forem contemplados pelo CRC OU SICAF deverão também ser remetidos:

**1. HABILITAÇÃO JURÍDICA e FISCAL:**

- 1.1 **Identidade e CPF** do responsável.
- 1.2 Registro comercial, no caso de empresa individual. **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor e suas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- 1.3 Prova de Regularidade com a Fazenda **Federal e INSS**. (Unificada).
- 1.4 Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- 1.5 Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- 1.6 Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**.
- 1.7 Certidão Negativa de Débitos **Trabalhistas** (Lei nº 12.440/11).
- 1.8 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 2.1 A licitante deverá comprovar experiência prévia mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a execução prévia, de forma satisfatória, de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação.
- 2.2 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.
- 2.3 **Qualificação Profissional e Regularidade Técnica;**
  - 2.3.1 Apresentar Certificado de Inscrição de Empresa junto ao Conselho Regional de Medicina CRM;
  - 2.3.2 Apresentar Certificado de Inscrição de Empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU ou CFT Conselho Federal dos Técnicos Industriais;
  - 2.3.3 Apresentar Registro de pessoa física ao Conselho Regional de Medicina CRM do Médico Coordenador, com especialização na área de Segurança e Medicina do Trabalho;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

2.3.4 Apresentar Registro de pessoa física ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU, do Engenheiro de Segurança do Trabalho ou o registro do Técnico em Segurança do Trabalho, no Conselho Federal dos Técnicos Industriais CFT;

2.3.5 **Comprovação (através de contrato de trabalho ou registro em CTPS, ou contrato social) de que o licitante possui em seu quadro permanente para compor o SESMT conforme Anexo II da NR-04: 1 (um) engenheiro ou arquiteto portador de certificado de conclusão de curso de especialização em de Segurança do Trabalho e 1 (um) Técnico de Segurança do Trabalho e 1 (um) Aux./Tec. Enferm. do Trabalho e 1 (um) médico do trabalho portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho;**

### **3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

3.1 Certidão negativa de **Falência** ou Recuperação Financeira expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, conforme inciso II, do art. 69, da Lei nº 14.133/21.

4. *Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;*

4.1 Apresentar o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais.

4.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superior a 1;

4.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

4.4 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício.

4.5 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED ou registrado da junta comercial.

4.6 Será exigido para fins de habilitação: capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e patrimônio líquido mínimo (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

4.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.8 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 337 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

Reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), [www.sefin.ro.gov.br](http://www.sefin.ro.gov.br), [www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br), [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), [www.tj.ro.gov.br](http://www.tj.ro.gov.br) e [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br), respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

**ANEXO III DO EDITAL**

**ESTIMATIVA DE CUSTOS**

**(Relação do item)**

ITEM ÚNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER.	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para a elaboração, atualização e coordenação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR/GRO), do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) e do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), além da gestão das informações de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e transmissão dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240 ao e-Social.	8800 (genérico)	SERV. MÊS	60	R\$ 31.458,36	R\$ 1.887.501,60
VALOR TOTAL R\$ 1.887.501,60						

**Atenção:** Para preenchimento da Proposta (**Anexo I**) deve-se seguir estritamente esta ordem, numeração e descrição dos itens, facultando ao licitante participar **apenas do item** de seu interesse.

O valor total estimado deste certame é de

1 **INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1 Os interessados podem apresentar proposta para o **ITEM** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.

1.2 Independentemente de o critério de julgamento ser pelo valor do **ITEM**, do **LOTE**, ou **GLOBAL**, os itens serão analisados pelo valor unitário. Qualquer item que tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

**ANEXO IV DO EDITAL**

**MINUTA DE CONTRATO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**

(Processo Administrativo nº 2701-2025)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,**  
**QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA**  
**MUNICIPAL DE BURITIS, POR**  
**INTERMÉDIO DO (A)**  
..... E  
.....

O **MUNICÍPIO DE BURITIS, ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Rua São Lucas nº 2476, Setor 06, na cidade de Buritis, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o nº 01.266.058/0001-44, neste ato representado pelo Sr. Valtair Fritz dos Reis, Prefeito deste município, através da **Secretaria Municipal de Educação**, neste ato representada por ....., decreto nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o (a) ....., inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 2701-2025**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 13.509, de 15 de março de 2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 05/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1 Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, visando elaborar, atualizar, acompanhar e implementar todos os programas, documentos, laudos e sistemas obrigatórios à gestão de Saúde e Segurança do Trabalho SST da Administração Municipal, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XL (serviços contínuos)., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM UNICO						
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER.	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para a elaboração, atualização e coordenação do	8800 (genérico)	SERV. MÊS	60	R\$ 31.458,36	R\$ 1.887.501,60







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR/GRO), do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) e do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), além da gestão das informações de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e transmissão dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240 ao e-Social.					
<b>VALOR TOTAL R\$ 1.887.501,60</b>					

- 1.2.1 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.2 O Termo de Referência;
- 1.2.3 O Edital da Licitação;
- 1.2.4 A Proposta do contratado;
- 1.2.5 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

- 2.1 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura do contrato, conforme art. 106 da Lei nº 14.133/2021, com possibilidade de prorrogação por igual período.
- 2.2 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção compromete a operação das atividades do funcionalismo público, sendo sua vigência plurianual mais vantajosa para a Administração, considerando o Estudo Técnico Preliminar e as disposições a seguir:
  - 2.2.1 A contratação de serviços contínuos por prazo plurianual encontra amparo legal no art. 106, I, da Lei nº 14.133/21, que condiciona essa modalidade contratual à comprovação de maior vantagem econômica para a Administração. Nesse sentido, a contratação em questão, com um prazo de vigência de plurianual, demonstra ser a opção mais vantajosa, considerando os seguintes aspectos:
  - 2.2.2 A contratação de serviço contínuo permite a negociação de condições financeiras mais vantajosas, como melhores descontos, em comparação com contratações temporárias.
- 2.5 Conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação poderá ser prorrogada por até 10 anos, desde que haja previsão no contrato e que a autoridade competente ateste a manutenção das condições e preços vantajosos para a Administração. Essa possibilidade de





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

prorrogação garante a continuidade do serviço e a manutenção dos benefícios obtidos com a contratação inicial.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas estabelecidas e nos termos da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma delas pelas consequências da inexecução total ou parcial.

3.3 A comunicação entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, como por exemplo: e-mail e WhatsApp.

**3.4 Execução**

3.4.1 A execução dos serviços ocorrerá sempre que solicitada pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH) do Município, de acordo com a demanda administrativa e o cronograma definido pela Administração.

3.4.2 Todos os exames ocupacionais, atendimentos clínicos, avaliações médicas e demais procedimentos objeto do contrato deverá ser realizados no Município de Buritis/RO, sempre que solicitado pelo DRH, de modo a garantir acessibilidade aos servidores, continuidade do serviço público e eficiência administrativa.

3.4.3 A empresa contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Engenharia de Segurança do Trabalho, comprovando capacidade técnica compatível com o objeto contratado.

**3.5 Horário da prestação dos serviços**

3.5.1 Os serviços objeto da contratação deverá ser prestados em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, observando-se o horário oficial de funcionamento da Administração Municipal.

3.5.2 O atendimento aos servidores municipais ocorrerá mediante prévia solicitação e agendamento pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme a demanda administrativa.

3.5.3 Em situações excepcionais, devidamente justificadas e mediante autorização prévia da Administração, os serviços poderão ser executados fora do horário regular de expediente, sem ônus adicional para o Município.

**3.6 Exames Periódicos**

3.6.1 A contratada deverá realizar exames médicos periódicos, conforme previsto na NR-7, destinados ao acompanhamento contínuo da saúde dos servidores e à detecção precoce de agravos relacionados ao trabalho.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

3.6.2 A periodicidade dos exames será estabelecida pelo Médico Coordenador do PCMSO, de acordo com os riscos ocupacionais identificados no Inventário de Riscos do PGR. Todos os resultados deverão ser registrados em prontuário e integrados ao evento S-2220 do e-Social.

### **3.7 Exames Demissionais**

3.7.1 A contratada deverá realizar exames médicos demissionais, em conformidade com a legislação vigente em detrimento com as normas legais, observando que o exame deve ser realizado até 10 dias antes do desligamento do servidor.

3.7.2 O ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) demissional deverá conter a conclusão de aptidão, recomendações médicas e registro dos riscos ocupacionais, sendo as informações incorporadas ao sistema de informação do servidor quando aplicável.

### **3.8 Integração com e-Social**

3.8.1 Todos os exames admissionais, periódicos, de mudança de função, retorno ao trabalho e demissionais deverão ter seus dados integrados ao e-Social, assegurando o envio correto, completo e tempestivo do evento S-2220, em conformidade com a Portaria SEPRT nº 6.730/2020 e com o Manual do e-Social S-1.1 nº 03/2023.

3.8.2 A empresa contratada deverá:

3.8.3 Elaborar, revisar e atualizar o PCMSO considerando: Inventário de Riscos do PGR; Histórico de saúde da força de trabalho; Mudanças no ambiente ou processo de trabalho; Exigências do e-Social (evento S-2220).

3.8.4 Executar com precisão o planejamento anual, contendo cronograma de exames, protocolos de saúde específicos para cada função, indicadores epidemiológicos, estratégias de vigilância em saúde.

3.8.5 Realizar avaliações clínicas ocupacionais, contemplando exames admissionais, periódicos, mudança de função, retorno ao trabalho e demissionais, Emissão do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) e controle de aptidão por função.

3.8.6 Elaborar Relatório Anual de PCMSO, contendo estatísticas de exames prevalência de patologias Indicadores de afastamentos e CAT, Recomendação de ações corretivas, fornecer dados necessários para alimentar as informações pertinentes ao envio do S-2220 ao e social em consonância com o PCMSO integrar o PCMSO ao e-Social por meio do envio correto e tempestivo do S-2220.

3.8.7 Manter prontuários médicos sigilosos, observando a LGPD e PGR/GRO Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (NR-1)

3.8.8 A contratada deverá realizar diagnóstico situacional, analisando processos de trabalho, máquinas, estrutura física e agentes de risco.

3.8.9 Elaborar o Inventário de Riscos, com classificação por criticidade, evidências técnicas e avaliação qualitativa/quantitativa.

3.8.10 Desenvolver o Plano de Ação, indicando medidas de controle (eliminação/substituição, EPC, EPI), prazos, responsáveis e indicadores.

3.8.11 Executar avaliações periódicas, incluindo medições ambientais, revisões anuais e reavaliações após acidentes.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

- 3.8.12 Integrar o PGR ao e-Social (S-2240), garantindo identificação correta dos agentes nocivos, vínculos e informações previdenciárias.
- 3.8.13 Emitir relatórios técnicos mensais, apresentando inspeções, evidências e não conformidades.
- 3.8.14 LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.
- 3.8.15 A contratada deverá elaborar e atualizar o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, observando exclusivamente as obrigações previstas na Lei nº 8.213/91 e IN INSS especialmente nos arts. 5º, 11, 92, 117, 121, 141 e 144, que tratam da execução adequada do objeto, fiscalização, responsabilidade da contratada e recebimento do objeto.
- 3.8.16 A contratada deverá elaborar e/ou atualizar o LTCAT contendo: Metodologias técnicas reconhecidas; Descrição técnica de máquinas, equipamentos, processos, rotinas e agentes ambientais; Realização de medições quantitativas e qualitativas, incluindo: ruído, calor, vibração, agentes químicos, agentes biológicos, umidade e demais fatores ambientais.
- 3.8.17 PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário
- 3.8.18 A contratada deverá: Gerenciar integralmente o banco de PPPs, mantendo: Histórico laboral completo; Eventos de SST; Exposição a agentes nocivos; Informações clínicas ocupacionais.
- 3.8.19 Emitir PPPs sempre que solicitado, inclusive de todo histórico laboral do servidor desde sua admissão inclusive para: Aposentadoria especial; Ações judiciais; Transferência de servidor.
- 3.8.20 Integrar os dados com o LTCAT, PGR e PCMSO, evitando inconsistências.
- 3.8.21 Manter versão digital e física, com backups periódicos.
- 3.8.22 Atualizar os PPPs conforme eventos S-2240 enviados ao e-Social.
- 3.8.23 AET – Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17)
- 3.8.24 A contratada deverá: Avaliar cada posto de trabalho com metodologia ergonômica reconhecida, incluindo ERGOPAR, OWAS, RULA, NIOSH, LEST, entre outros.
- 3.8.25 Analisar fatores biomecânicos e organizacionais, como levantamento de cargas, posturas forçadas, ritmo de trabalho, carga mental, iluminação e conforto.
- 3.8.26 Propor medidas de adequação, redesenho de postos Ajustes de mobiliário, Pausas ergonômicas, treinamentos em PPR (postura e prevenção).
- 3.8.27 Emitir relatório técnico completo, com fotografias, análise biomecânica, diagnóstico, Plano de intervenção.
- 3.8.28 Serviços de Assessoria em SST e Gestão do e-Social, prestar suporte técnico contínuo, incluindo Consultoria em acidentes, afastamentos e riscos, Pareceres técnicos, Auxílio em auditorias internas/externas.
- 3.8.29 Gerenciar eventos obrigatórios do e-Social, com verificação prévia dos dados; conformidade com IN 128 e Decreto 10.854; dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240.
- 3.8.30 Monitorar e validar CATs, garantindo: Consistência com o PCMSO e PGR; Comunicação imediata quando necessário.
- 3.8.31 Exames Ocupacionais (NR-7):
- 3.8.32 Realizar exames clínicos completos conforme NR-7, Anamnese completa, Avaliação médica direcionada ao risco, Diagnóstico precoce de doenças ocupacionais.
- 3.8.33 Realizar exames complementares, como Audiometria, Espirometria, Acuidade visual, Hemograma e bioquímica, ECG, Raios-X, conforme risco identificado Todos os exames serão





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

realizados após a assinatura do contrato e conforme demanda do DRH, atendimentos prioritários deverão ocorrer em até 24 horas; atendimentos emergenciais (acidente de trabalho, situação crítica) deverão ser realizados em até 6 horas, contadas da solicitação do DRH.

3.8.34 Emitir ASOs com todas as informações exigidas, incluindo Aptidão, Riscos, recomendações médicas, conforme estão previstas na NR-7, que define o conteúdo mínimo obrigatório do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), sendo eles Identificação completa do trabalhador, identificação da empresa contratante, descrição dos riscos ocupacionais, recomendações médicas, data da realização do exame, identificação e assinatura do Médico Coordenador do PCMSO ou do médico examinador, indicação de exames complementares realizados, quando aplicável.

### **3.9 Fiscalização**

3.9.1 A execução do contrato será acompanhada por fiscais designados e substitutos, devidamente nomeados por portaria.

#### **3.9.2 Fiscalização técnica**

3.9.2.1 O fiscal técnico acompanhará toda a execução dos serviços especializados de Medicina do Trabalho suas atribuições incluem ,analisar PCMSO, PGR, LTCAT, AET, PPP e ASOs, verificar conformidade das informações enviadas ao e-Social (S-2210, S-2220, S-2240), registrar ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, notificar a contratada para correções com prazo definido, encaminhar ao Gestor situações que excedam sua competência, Informar imediatamente ocorrências que possam inviabilizar a execução, Comunicar o término do contrato para fins de prorrogação ou encerramento.

#### **3.9.3 Fiscal Administrativo**

3.9.3.1 Responsável pelo controle documental e administrativo do contrato, conferindo notas fiscais, relatórios mensais, registros de execução e demais documentos exigidos, garantindo conformidade com os trâmites legais.

#### **3.9.4 Gestor da Contratação**

3.9.4.1 Responsável por coordenar a fiscalização técnica e administrativa, supervisionar a execução do contrato e assegurar o cumprimento das normas legais e contratuais, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

*4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

## **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1 *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, garantia e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.1.1 O prazo de validade;

6.1.2 A data de emissão;

6.1.3 O período respectivo de execução da contratação;

6.1.4 O valor a pagar;

6.1.5 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

6.1.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.1.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

6.1.8.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas edital;

6.1.8.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.1.8.3 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.1.8.4 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.1.8.5 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

6.2 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias corridos após a apresentação da nota fiscal pela CONTRATADA, devidamente atestada e aprovada pelo setor competente da CONTRATANTE. A nota fiscal deve estar acompanhada de todos os documentos comprobatórios de execução do objeto contratual e atender às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico.

6.3 A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se constatar qualquer inadimplência da CONTRATADA em relação às suas obrigações contratuais, tais como:

a) Os serviços em desacordo com as especificações podem ser rejeitados, total ou parcialmente.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

- b) Falta de apresentação dos documentos necessários para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;
- c) Descumprimento de prazos estabelecidos para a entrega dos materiais;
- d) Qualquer outra falha que comprometa a execução do contrato conforme os termos pactuados.

6.4 Em caso de suspensão do pagamento, a CONTRATANTE notificará formalmente a CONTRATADA, especificando as razões da suspensão e concedendo prazo para a regularização das pendências. O pagamento será retomado somente após a comprovação da regularização das falhas pela CONTRATADA.

6.5 O pagamento será realizado por meio de transferência bancária para a conta corrente indicada pela CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade manter os dados bancários atualizados junto à CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILIBRIO E REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais poderão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo.

7.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5 demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.8.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.8.9 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9 Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

9.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.6 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores, SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.7.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.7.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.7.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.7.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.11 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

9.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.15 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.16 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.17 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.18 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

9.19 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.20 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.21 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

9.22 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.23 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.24 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.25 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.26 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.27 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

9.28 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

9.29 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

- 9.30 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.31 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.32 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.33 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.34 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.35 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.36 Executar o serviço contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 9.37 Elaborar, implementar e manter atualizados os programas, laudos e documentos legais exigidos, incluindo PCMSO, PGR/GRO, LTCAT e demais documentos aplicáveis;
- 9.38 Realizar os exames médicos ocupacionais e complementares previstos na legislação e no PCMSO, por profissionais legalmente habilitados;
- 9.39 Disponibilizar suporte técnico contínuo e prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sempre que solicitado;
- 9.40 Fornece relatórios técnicos e gerenciais necessários ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual;
- 9.41 Garantir a continuidade dos serviços durante toda a vigência do contrato;
- 9.42 Manter o sigilo e a proteção dos dados pessoais e médicos,
- 9.43 Designar preposto responsável pela execução contratual e comunicar previamente qualquer substituição;
- 9.44 Facilitar a atuação da fiscalização, fornecendo acesso a documentos, informações e locais relacionados aos serviços;
- 9.45 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame durante a execução do contrato;
- 9.46 Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços;
- 9.47 Arcar com todos os encargos, tributos e despesas decorrentes da execução contratual;
- 9.48 Ao término do contrato, entregar integralmente à CONTRATANTE todos os documentos e registros ocupacionais, sem ônus adicional.

**CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 96. lei 14.133)**

- 10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

11.1 Comete infração administrativa, respectivamente do art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.3 **Advertência**, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como:

- 11.3.1 Atraso na entrega de até 5 (cinco) dias úteis, sem impacto no cronograma institucional;
- 11.3.2 Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;
- 11.3.3 Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;
- 11.3.4 Não seguir especificações técnicas do fabricante ou contrato, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;
- 11.3.5 Jogar embalagens ou sobras de materiais em locais inadequados, desde que seja feita a destinação correta após a notificação;
- 11.3.6 Como instalação torta, sujeira no local, pequenos danos estéticos, desde que corrigíveis logo após a notificação.
- 11.3.7 Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização. Por exemplo, agendar entrega fora do horário combinado sem aviso prévio.
- 11.3.8 Falta de uso de EPIs ou conduta imprópria de funcionários no local, quando não há risco direto à segurança ou à ordem do serviço.

11.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

- 11.4.1 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;
- 11.4.2 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;
- 11.4.3 Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 10.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;
- 11.4.4 Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da aquisição 2 anos de impedimento;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

- 11.4.5 Não entrega dos produtos 2 anos de impedimento;
- 11.4.6 Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;
- 11.4.7 Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, tamanhos errados, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;
- 11.4.8 Obstruir investigação ou fiscalização, 3 anos de impedimento
- 11.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, em situações que envolvam dolo, fraude, falsidade ou dano grave à Administração:
- 11.5.1 Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;
- 11.5.2 Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;
- 11.5.3 Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;
- 11.5.4 Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;
- 11.5.5 Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- 11.5.6 Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;
- 11.5.7 Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;
- 11.5.8 Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;
- 11.5.9 Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;
- 11.5.10 Enriquecimento ilícito à custa do erário;
- 11.5.11 Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).
- 11.6 Multa:
- 11.7 **Moratória**, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 24 (vinte e quatro) dias.
- 11.8 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na entrega autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- 11.9 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 11.10 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação:
- 11.10.1 **10%**: Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.
- 11.10.2 **15%**: Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.
- 11.10.3 **20%**: Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.
- 11.11 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.
- 11.11.1 **10%**: Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

11.11.2 **10%**: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;

11.11.3 **15%**: Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação.

11.11.4 **15%**: Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.

11.12 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **6% (seis por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

11.12.1 **6%**: Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;

11.12.2 **10%**: Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.

11.13 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

11.13.1 **2%** Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;

11.13.2 **5%** Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues.

11.13.3 **5%** Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;

11.13.4 **5%** Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;

11.14 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 6% (seis por cento)** do valor da contratação:

11.14.1 **2%**: Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;

11.14.2 **4%**: Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.

11.14.3 **6%**: Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.

11.15 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

11.16 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

11.17 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.18 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.19 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.20 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

11.20.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.20.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.21 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.21.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.21.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.21.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.21.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

11.21.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.22 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei.

11.23 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.24 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.25 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11.26 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.27 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

12.3 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.4 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.5 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.6 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

12.7 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.8 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.9 O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.10 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.11 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.12 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.12.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.13 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.14 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

3.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

3.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

3.1.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

3.1.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

3.1.5 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

3.1.6 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3.1.7 Indenizações e multas.

3.1.8 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.Gestão/Unidade:

II.Fonte de Recursos:

III.Programa de Trabalho:

IV.Elemento de Despesa:

V.Plano Interno:

VI.Nota de Empenho:

14.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados a Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

SEMA

02.03.01 - Secretaria Municipal de Administração

04.122.1001.2004 – Manutenção das Atividades Administrativas da SEMA

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica

Ficha –39

14.3 *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), Decreto municipal nº 13.509/2023 e demais normas federais aplicáveis e,





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, <http://www.buritis.ro.gov.br> (Portal da transparência do Município de Buritis), em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1 Fica eleito o Foro Comarca de Buritis, Estado de Rondônia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

*Buritis-Rondônia, [dia] de [mês] de 2026.*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

**EXTRATO DO CONTRATO Nº ...../2025/PMB**

**PROCESSO Nº 2701-2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026-SLC**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE BURITIS/RO

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, visando elaborar, atualizar, acompanhar e implementar todos os programas, documentos, laudos e sistemas obrigatórios à gestão de Saúde e Segurança do Trabalho SST da Administração Municipal, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XL (serviços contínuos).

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

02.03.01 - Secretaria Municipal de Administração

04.122.1001.2004 – Manutenção das Atividades Administrativas da SEMA

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica

Ficha –39

**VALOR TOTAL DESTE CONTRATO:** R\$ \_\_\_\_\_

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO É DE 60 (SESSENTA) MESES CONTADOS DA ASSINATURA DO CONTRATO.

**MUNICÍPIO DE BURITIS/RO**

Valtair Fritz dos Reis





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2701-2026/ SEMA

*ANEXO V DO EDITAL*

**TERMO DE REFERÊNCIA**

*(APÊNDICE DO ANEXO V)*

**Estudo Técnico Preliminar – ETP**







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo Administrativo nº 0002701.01.01.2025**

**Categoria do Objeto: Serviço Continuado**

**Órgão Requisitante: Secretaria Municipal de Administração SEMA**

**Município de Buritis – RO**

**1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho.

1.2 Visando elaborar, atualizar, acompanhar e implementar todos os programas, documentos, laudos e sistemas obrigatórios à gestão de Saúde e Segurança do Trabalho SST da Administração Municipal, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XL (serviços contínuos).

1.3 Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO); NR-7 PCMSO; NR-9 Avaliação e Controle de Exposição a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos; NR-17 Ergonomia; IN 128/2022 INSS/PPP/SST; Manual do e-Social S-1.

1.4 O objeto inclui a elaboração, atualização e coordenação do **PCMSO**, elaboração, atualização e acompanhamento do **PGR/GRO**, elaboração e atualização do **LTCAT** e **LTIP**, emissão, organização e gestão dos **PPP**, elaboração e assessoramento da **AET** assessoria técnica permanente em SST, **e-Social**, execução de exames ocupacionais.

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	MÊS	VALOR PARCIAL	VALOR TOTAL
1	Contratação de empresa especializada para a elaboração, atualização e coordenação do Programa de	8800 (Genérico)	60	R\$ 31.458,36	R\$ 1.887501,60

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR/GRO), do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) e do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), além da gestão das informações de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e transmissão dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240 ao e-Social.				
---	--	--	--	--

1.5 Os serviços desta contratação, são caracterizados como serviços continuados, O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência de 60 (sessenta meses), contados da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo.

1.6 A vigência poderá ser prorrogada por igual período, mediante justificativa técnica, manifestação da contratada e demonstração de vantajosidade, respeitando o limite legal previsto no art. 107, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a continuidade da prestação dos serviços.

1.7 A prorrogação contratual ficará condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- 1.7.1 manifestação prévia e formal da contratada;
- 1.7.2 demonstração de vantagem técnica e econômica;
- 1.7.3 aprovação do gestor e fiscal do contrato;
- 1.7.4 regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

1.8 Fica na Responsabilidade do Departamento de Recursos Humanos (DRH) comunicar alterações de função, setor, afastamentos e retornos; garantir a veracidade e atualização dos dados enviados.

1.9 A contratada somente poderá elaborar e enviar documentos e eventos de SST com base em informações oficiais validadas pelo DRH, garantindo segurança jurídica e conformidade legal.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A contratação se justifica pela necessidade essencial e contínua da Administração Pública em manter o cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho, garantindo a integridade dos trabalhadores e evitando passivos trabalhistas e previdenciários e contrato vigente encerra-se em 19/12/2025, sendo o serviço enquadrado como serviço contínuo, conforme art. 6º, XV, da Lei nº 14.133/2021 sendo assim, a não contratação imediata configura risco de descumprimento das Normas Regulamentadoras.

2.7 O objeto da contratação está previsto no plano de contratações anual conforme item 128, desta secretaria Municipal de administração.

## **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1.A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2.O objeto desta contratação está classificado como serviço continuado, conforme previsto nas normativas vigentes e de acordo com a análise técnica realizada pelo setor requisitante. Trata-se da execução permanente e sistemática de atividades relacionadas à Saúde e Segurança do Trabalho – SST, imprescindíveis ao cumprimento das obrigações legais da Administração Pública.

3.3. Os serviços abrangem a manutenção contínua dos programas, laudos, acompanhamentos, monitoramentos e ações preventivas em Medicina e Engenharia de Segurança do Trabalho, garantindo regularidade, atualização técnica e suporte permanente às rotinas administrativas e às necessidades dos servidores.

## **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Para garantir a adequada execução do objeto e a observância dos princípios da legalidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, conforme arts. 5º, 11, 18 e 37 da Lei 14.133/21, as

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

empresas participantes deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

#### **4.2 Sustentabilidade**

4.2.1 Considerando que o objeto se refere a serviços de saúde ocupacional aplicam-se apenas os requisitos de sustentabilidade compatíveis com a natureza do contrato, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2.2 Assim, a contratada deverá priorizar o uso de sistemas eletrônicos para emissão e armazenamento de documentos, reduzindo o consumo de papel, utilizar, sempre que possível, meios digitais para comunicação, relatórios e integração ao e-Social, observar práticas de gestão sustentável aplicáveis a serviços administrativos.

#### **4.3 Subcontratação**

4.3.1 É vedada a subcontratação pois mostra-se necessária, adequada e proporcional, considerando a natureza técnica, contínua e sensível dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST).

4.3.2 A subcontratação poderia comprometer a qualidade técnica e a uniformidade dos serviços, dificultar a fiscalização contratual pela Administração, fragilizar a responsabilização objetiva da contratada, inclusive quanto a eventuais falhas, omissões ou inconsistências técnicas, gerar riscos jurídicos ao Município sobretudo quanto ao cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, do e-Social e da legislação previdenciária e trabalhista.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1 Condições de Execução**

5.1.2 A execução dos serviços ocorrerá sempre que solicitada pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH) do Município, de acordo com a demanda administrativa e o cronograma definido pela Administração.

5.1.3 Todos os exames ocupacionais, atendimentos clínicos, avaliações médicas e demais procedimentos objeto do contrato deverão ser realizados no Município de Buritis/RO, sempre que solicitado pelo DRH, de modo a garantir acessibilidade aos servidores, continuidade do serviço público e eficiência administrativa.

5.1.3 A empresa contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Engenharia de Segurança do Trabalho, comprovando capacidade técnica compatível com o objeto contratado.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**5.2 Horário da prestação dos serviços**

5.2.1 Os serviços objeto da contratação deverá ser prestados em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira, observando-se o horário oficial de funcionamento da Administração Municipal.

5.2.2 O atendimento aos servidores municipais ocorrerá mediante prévia solicitação e agendamento pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme a demanda administrativa.

5.2.3 Em situações excepcionais, devidamente justificadas e mediante autorização prévia da Administração, os serviços poderão ser executados fora do horário regular de expediente, sem ônus adicional para o Município.

**5.3 Exames Periódicos**

5.3.1 A contratada deverá realizar exames médicos periódicos, conforme previsto na NR-7, destinados ao acompanhamento contínuo da saúde dos servidores e à detecção precoce de agravos relacionados ao trabalho.

5.3.2 A periodicidade dos exames será estabelecida pelo Médico Coordenador do PCMSO, de acordo com os riscos ocupacionais identificados no Inventário de Riscos do PGR. Todos os resultados deverão ser registrados em prontuário e integrados ao evento S-2220 do e-Social.

**5.4 Exames Demissionais**

5.4.1 A contratada deverá realizar exames médicos demissionais, em conformidade com a legislação vigente em detrimento com as normas legais, observando que o exame deve ser realizado até 10 dias antes do desligamento do servidor.

5.4.2 O ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) demissional deverá conter a conclusão de aptidão, recomendações médicas e registro dos riscos ocupacionais, sendo as informações incorporadas ao sistema de informação do servidor quando aplicável.

**5.5 Integração com e-Social**

5.5.1 Todos os exames admissionais, periódicos, de mudança de função, retorno ao trabalho e demissionais deverão ter seus dados integrados ao e-Social, assegurando o envio correto, completo e tempestivo do evento S-2220, em conformidade com a Portaria SEPRT nº 6.730/2020 e com o Manual do e-Social S-1.1 nº 03/2023.

5.5.2 A empresa contratada deverá:

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

5.5.2.1 Elaborar, revisar e atualizar o PCMSO considerando: Inventário de Riscos do PGR; Histórico de saúde da força de trabalho; Mudanças no ambiente ou processo de trabalho; Exigências do e- Social (evento S-2220).

5.5.2.2 Executar com precisão o planejamento anual, contendo cronograma de exames, protocolos de saúde específicos para cada função, indicadores epidemiológicos, estratégias de vigilância em saúde.

5.5.2.3 Realizar avaliações clínicas ocupacionais, contemplando exames admissionais, periódicos, mudança de função, retorno ao trabalho e demissionais, Emissão do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) e controle de aptidão por função.

5.5.2.4 Elaborar Relatório Anual de PCMSO, contendo estatísticas de exames prevalência de patologias Indicadores de afastamentos e CAT, Recomendação de ações corretivas, fornecer dados necessários para alimentar as informações pertinentes ao envio do S-2220 ao e social em consonância com o PCMSO integrar o PCMSO ao e-Social por meio do envio correto e tempestivo do S-2220.

5.5.2.5 Manter prontuários médicos sigilosos, observando a LGPD e PGR/GRO Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (NR-1)

5.5.2.6 A contratada deverá realizar diagnóstico situacional, analisando processos de trabalho, máquinas, estrutura física e agentes de risco.

5.5.2.7 Elaborar o Inventário de Riscos, com classificação por criticidade, evidências técnicas e avaliação qualitativa/quantitativa.

5.5.2.8 Desenvolver o Plano de Ação, indicando medidas de controle (eliminação/substituição, EPC, EPI), prazos, responsáveis e indicadores.

5.5.2.9 Executar avaliações periódicas, incluindo medições ambientais, revisões anuais e reavaliações após acidentes.

5.5.2.10 Integrar o PGR ao e-Social (S-2240), garantindo identificação correta dos agentes nocivos, vínculos e informações previdenciárias.

5.5.2.11 Emitir relatórios técnicos mensais, apresentando inspeções, evidências e não conformidades.

5.5.2.12 LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho

5.5.2.13 A contratada deverá elaborar e atualizar o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, observando exclusivamente as obrigações previstas na Lei nº 8.213/91 e IN

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

INSS especialmente nos arts. 5º, 11, 92, 117, 121, 141 e 144, que tratam da execução adequada do objeto, fiscalização, responsabilidade da contratada e recebimento do objeto.

5.5.2.14 A contratada deverá elaborar e/ou atualizar o LTCAT contendo: Metodologias técnicas reconhecidas; Descrição técnica de máquinas, equipamentos, processos, rotinas e agentes ambientais; Realização de medições quantitativas e qualitativas, incluindo: ruído, calor, vibração, agentes químicos, agentes biológicos, umidade e demais fatores ambientais.

5.5.2.15 PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário

5.5.2.16 A contratada deverá: Gerenciar integralmente o banco de PPPs, mantendo: Histórico laboral completo; Eventos de SST; Exposição a agentes nocivos; Informações clínicas ocupacionais.

5.5.2.17 Emitir PPPs sempre que solicitado, inclusive de todo histórico laboral do servidor desde sua admissão inclusive para: Aposentadoria especial; Ações judiciais; Transferência de servidor.

5.5.2.18 Integrar os dados com o LTCAT, PGR e PCMSO, evitando inconsistências.

5.5.2.19 Manter versão digital e física, com backups periódicos.

5.5.2.20 Atualizar os PPPs conforme eventos S-2240 enviados ao e-Social.

5.5.2.21 AET – Análise Ergonômica do Trabalho (NR-17)

5.5.2.22 A contratada deverá: Avaliar cada posto de trabalho com metodologia ergonômica reconhecida, incluindo ERGOPAR, OWAS, RULA, NIOSH, LEST, entre outros.

5.5.2.23 Analisar fatores biomecânicos e organizacionais, como levantamento de cargas, posturas forçadas, ritmo de trabalho, carga mental, iluminação e conforto.

5.5.2.24 Propor medidas de adequação, redesenho de postos Ajustes de mobiliário, Pausas ergonômicas, treinamentos em PPR (postura e prevenção).

5.5.2.25 Emitir relatório técnico completo, com fotografias, análise biomecânica, diagnóstico, Plano de intervenção.

5.5.2.26 Serviços de Assessoria em SST e Gestão do e-Social, prestar suporte técnico contínuo, incluindo Consultoria em acidentes, afastamentos e riscos, Pareceres técnicos, Auxílio em auditorias internas/externas.

5.5.2.27 Gerenciar eventos obrigatórios do e-Social, com verificação prévia dos dados; conformidade com IN 128 e Decreto 10.854; dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

5.5.2.28 Monitorar e validar CATs, garantindo: Consistência com o PCMSO e PGR; Comunicação imediata quando necessário

5.5.2.29 Exames Ocupacionais (NR-7):

5.5.2.30 Realizar exames clínicos completos conforme NR-7, Anamnese completa, Avaliação médica direcionada ao risco, Diagnóstico precoce de doenças ocupacionais.

5.5.2.31 Realizar exames complementares, como Audiometria, Espirometria, Acuidade visual, Hemograma e bioquímica, ECG, Raios-X, conforme risco identificado. Todos os exames serão realizados após a assinatura do contrato e conforme demanda do DRH, atendimentos prioritários deverão ocorrer em até 24 horas; atendimentos emergenciais (acidente de trabalho, situação crítica) deverão ser realizados em até 6 horas, contadas da solicitação do DRH.

5.5.2.32 Emitir ASOs com todas as informações exigidas, incluindo Aptidão, Riscos, recomendações médicas, conforme estão previstas na NR-7, que define o conteúdo mínimo obrigatório do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), sendo eles Identificação completa do trabalhador, identificação da empresa contratante, descrição dos riscos ocupacionais, recomendações médicas, data da realização do exame, identificação e assinatura do Médico Coordenador do PCMSO ou do médico examinador, indicação de exames complementares realizados, quando aplicável.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6.1 Execução Contratual**

6.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas estabelecidas e nos termos da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma delas pelas consequências da inexecução total ou parcial.

6.2.1 A contratada deverá apresentar Plano de Trabalho Anual com metodologia, metas, indicadores e responsáveis.

6.3. Apresentar cronograma mensal de execução,

6.4. Realizar inspeções técnicas presenciais, reuniões periódicas e relatórios mensais e anuais

6.5. Manter canal de atendimento contínuo com a Administração.

6.6. Garantir atendimento in loco quando solicitado

## **7. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

7.1.A execução do contrato será acompanhada por fiscais designados e substitutos, devidamente nomeados por portaria.

**7.2 Fiscalização Técnica**

7.2.1 O fiscal técnico acompanhará toda a execução dos serviços especializados de Medicina do Trabalho suas atribuições incluem ,analisar PCMSO, PGR, LTCAT, AET, PPP e ASOs, verificar conformidade das informações enviadas ao e-Social (S-2210, S-2220, S-2240), registrar ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, notificar a contratada para correções com prazo definido, encaminhar ao Gestor situações que excedam sua competência, Informar imediatamente ocorrências que possam inviabilizar a execução, Comunicar o término do contrato para fins de prorrogação ou encerramento.

**7.3. Fiscal Administrativo**

7.3.1 Responsável pelo controle documental e administrativo do contrato, conferindo notas fiscais, relatórios mensais, registros de execução e demais documentos exigidos, garantindo conformidade com os trâmites legais.

**7.4. Gestor da Contratação**

7.4.1 Responsável por coordenar a fiscalização técnica e administrativa, supervisionar a execução do contrato e assegurar o cumprimento das normas legais e contratuais, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021.

**8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento.
- 8.2. Solicitar formalmente à CONTRATADA, mediante ordem de serviço a execução do serviço.
- 8.3. Realizar o acompanhamento constante da execução do contrato, verificando se o serviço está sendo prestado conforme as especificações e prazos acordados.
- 8.4. Solicitar e analisar relatórios periódicos de desempenho da empresa contratada, avaliando a eficiência e eficácia do software.
- 8.5. Garantir que a CONTRATADA forneça manutenção e suporte técnico adequados, conforme estipulado no contrato, para assegurar a continuidade do serviço.
- 8.6. Assegurar que todas as obrigações legais, como a proteção de dados e a legislação vigente do objeto contratado, estejam sendo cumpridas ao longo da execução do contrato.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

8.7. Registrar os defeitos, falhas e/ou imperfeições, detectadas e imediatamente comunicar à CONTRATADA.

8.8. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de serviço, emitido pela comissão de recebimento, o serviço prestado em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades. O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa do serviço, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.

8.9. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento.

8.10. Determinar à CONTRATADA, mediante notificação, o cumprimento de obrigação contratual assumida, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

8.11. A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação. Dando o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo.

**9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.2 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

9.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.5 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.1.6 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.1.7.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.1.7.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.7.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

9.1.7.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.1.7.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.2.1 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.2.2 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 9.2.3 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.4 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 9.2.5 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.2.6 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.2.7 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.2.8 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.2.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 9.2.10 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.2.11 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.2.12 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 9.2.13 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.2.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 9.2.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 9.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.2.18 Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.2.19 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.2.20 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.2.21 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.2.22 Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.2.23 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.2.24 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.2.25 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.3 Executar o serviço contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- 9.4 Elaborar, implementar e manter atualizados os programas, laudos e documentos legais exigidos, incluindo PCMSO, PGR/GRO, LTCAT e demais documentos aplicáveis;

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 9.5 Realizar os exames médicos ocupacionais e complementares previstos na legislação e no PCMSO, por profissionais legalmente habilitados;
- 9.6 Disponibilizar suporte técnico contínuo e prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sempre que solicitado;
- 9.7 Fornece relatórios técnicos e gerenciais necessários ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual;
- 9.8 Garantir a continuidade dos serviços durante toda a vigência do contrato;
- 9.9 Manter o sigilo e a proteção dos dados pessoais e médicos,
- 9.10. Designar preposto responsável pela execução contratual e comunicar previamente qualquer substituição;
- 9.11 Facilitar a atuação da fiscalização, fornecendo acesso a documentos, informações e locais relacionados aos serviços;
- 9.12 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame durante a execução do contrato;
- 9.13 Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços;
- 9.14 Arcar com todos os encargos, tributos e despesas decorrentes da execução contratual;
- 9.15 Ao término do contrato, entregar integralmente à CONTRATANTE todos os documentos e registros ocupacionais, sem ônus adicional.

**10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**10.2 Advertência**, Aplicável em casos de infrações leves ou formais, sem prejuízo efetivo à Administração, tais como;

10.3 Atraso na entrega de até 5 (cinco) dias úteis, sem impacto no cronograma institucional;

10.4. Entrega de documentos com inconsistências formais, sanáveis em até 2 (dois) dias úteis;

10.5 Ausência de comunicação prévia sobre justificativas administrativas;

10.6 Não seguir especificações técnicas do fabricante ou contrato, mas fazer a substituição/correção de imediato após a notificação;

10.7 Jogar embalagens ou sobras de materiais em locais inadequados, desde que seja feita a destinação correta após a notificação;

10.8 Como instalação torta, sujeira no local, pequenos danos estéticos, desde que corrigíveis logo após a notificação.

10.9 Desorganização na logística ou falha na comunicação com a fiscalização. Por exemplo, agendar entrega fora do horário combinado sem aviso prévio.

10.10 Falta de uso de EPIs ou conduta imprópria de funcionários no local, quando não há risco direto à segurança ou à ordem do serviço.

10.11 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.12 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado 1 ano de impedimento;

10.13 Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação 2 anos de impedimento;

10.14 Reincidência no atraso ou não correção após a aplicação das advertências do item 10.3 na execução contratual 1 ano de impedimento;

10.15 Descumprimento contratual reiterado que comprometa a finalidade da aquisição 2 anos de impedimento;

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 10.16 Não entrega dos produtos 2 anos de impedimento;
- 10.17 Recusa injustificada em cumprir cláusulas contratuais 1 ano de impedimento;
- 10.18 Fornecimento de produtos diferentes das especificações do edital e termo de referência (ex: material de qualidade inferior, tamanhos errados, funcionalidade comprometida), desde que a empresa não realiza a correção após a notificação, 2 anos de impedimento e não será realizado o pagamento para itens entregues em desconformidade;
- 10.19 Obstruir investigação ou fiscalização, 3 anos de impedimento.
- 10.20 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 10.21 Fornecimento intencional de produtos falsificados ou adulterados;
- 10.22 Simular execução de etapas do contrato sem realizá-las;
- 10.23 Utilizar notas fiscais frias para comprovar entregas não realizadas;
- 10.24 Tentar corromper, ameaçar ou coagir servidor público;
- 10.25 Fornecer documentação sabidamente falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- 10.26 Fraudar certidões, atestados técnicos ou balanços contábeis;
- 10.27 Envolvimento comprovado em cartel, superfaturamento ou manipulação de propostas;
- 10.28 Prática reiterada de descumprimentos graves em diversos contratos públicos;
- 10.29 Obstrução proposital de auditoria, fiscalização ou investigação;
- 10.30 Enriquecimento ilícito à custa do erário;
- 10.31 Comprometer intencionalmente a execução de políticas públicas (ex: atrasar a entrega de itens essenciais ou fornecer materiais perigosos à população).
- 10.32 Multa:
- 10.33 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **24 (vinte e quatro)** dias.
- 10.34 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias na entrega autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

10.35 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação:

10.36 **10%:** Quando o ato foi isolado, sem prejuízo direto, mas comprovado dolosamente.

**15%:** Quando houve tentativa de prejuízo à administração, ainda que contornado.

10.38 **20%:** Quando houve prejuízo direto, má-fé evidente ou obstrução à fiscalização.

10.39 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

10.40 **10%:** Quando o não cumprimento for justificado parcialmente, com tentativa de resolução;

10.41 **10%:** Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com rápida convocação e aceitação do segundo colocado;

10.42 **15%:** Recusa injustificada em assinar o contrato após adjudicação, com a necessidade de nova licitação.

10.43 **15%:** Quando for injustificado e causar prejuízo à administração.

10.44 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **6% (seis por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

10.45 **6%:** Quando o prejuízo é contido e reversível com esforço da Administração;

10.46 **10%:** Quando o dano foi maior, causando interrupções em serviços essenciais.

10.47 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

10.48 **2%:** Atrasos com impacto leve, mas reincidentes;

10.49 **5%:** Atrasos que afetaram diretamente o uso do objeto contratado, mesmo que parcialmente entregues.

10.50 **5%:** Descumprimento do prazo de regularização documental após notificação formal da Administração;

10.51 **5%:** Reincidência em atrasos na entrega ou falhas operacionais em contratos anteriores com o mesmo órgão público;

10.52 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **6% (seis por cento)** do valor da contratação;

10.53 **2%:** Descumprimentos formais ou sanáveis rapidamente;

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 10.54 **4%**: Descumprimentos moderados, com retrabalho por parte da Administração.
- 10.55 **6%**: Quando houve reincidência ou ausência de comunicação para a correção.
- 10.56 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
- 10.57 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
- 10.58 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.59 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 10.60 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.61 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.62 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 10.63 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 10.64 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.65 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.66 as peculiaridades do caso concreto;
- 10.67 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.68 os danos que dela provierem para o Contratante; e

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

10.69 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.70 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.71 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.72 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.73 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.74 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.75 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

## **11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **11.1 Recebimento Provisório**

11.1.1 Os serviços de Medicina do Trabalho serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega dos documentos, laudos, relatórios, sistemas, exames ou demais entregáveis, mediante protocolo e apresentação da respectiva nota fiscal.

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

11.1.1.1 O recebimento será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.

**Rejeição dos Entregáveis**

11.1.2 Os serviços, documentos e laudos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, sempre que estiverem em desacordo com as exigências legais, normativas ou com o Termo de Referência. Caso haja rejeição, a contratada deverá corrigir, complementar ou substituir os entregáveis no prazo de 3 dias, contados da notificação, sem custos adicionais para a Administração, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**Recebimento Definitivo**

11.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal, após conferência da qualidade, integridade e conformidade dos serviços prestados, mediante emissão de termo de aceite detalhado.

**11.4 Prorrogação dos Prazos**

11.4.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, de forma justificada, quando necessárias diligências para conferência técnica dos entregáveis (ex.: validação de laudos, verificação de dados de ASOs, ajustes em sistemas de SST, revisão de PGR).

**11.5 LIQUIDAÇÃO**

11.5.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) o período respectivo de execução da aquisição;
- d) o valor a pagar;
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.5.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.5.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.5.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.5.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.5.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.5.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da contratação, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF

## **11.6 Prazo de pagamento**

11.6.1 O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas às glosas e notas de débitos.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**11.7 Forma de pagamento**

11.7.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.7.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.7.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.7.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**11.8 Antecipação do pagamento**

11.8.1 Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de bens, à execução de obras ou à prestação de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509/2023 de 15 de março de 2023.

**12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**12.1 Modalidade de Licitação**

12.1.1 A seleção da proposta mais vantajosa será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, modalidade aplicável à contratação de serviços comuns de natureza continuada, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

**12.2 Critério de Julgamento**

12.2.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando a execução integral e contínua dos serviços de Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho previstos neste Termo de Referência.

**12.3 Forma de Disputa**

12.3.1 A etapa de lances ocorrerá **exclusivamente em ambiente eletrônico**, assegurando os princípios da isonomia, transparência, competitividade e rastreabilidade dos atos do certame.

**12.4 Forma de Execução dos Serviços**

12.4.1 Os serviços serão prestados de forma **contínua, sistemática e programada**, conforme cronograma acordado com a CONTRATANTE, garantindo a manutenção regular dos programas,

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

laudos, acompanhamentos, exames e demais ações de Medicina e Engenharia de Segurança do Trabalho, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e demais legislações aplicáveis

**12.5 Qualificação Técnica**

12.5.1 A licitante deverá comprovar experiência prévia mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a execução prévia, de forma satisfatória, de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação.

12.5.2 Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante.

**12.6 Qualificação Profissional e Regularidade Técnica**

12.6.1 Apresentar Certificado de Inscrição de Empresa junto ao Conselho Regional de Medicina – CRM;

12.6.2 Apresentar Certificado de Inscrição de Empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou CFT - Conselho Federal dos Técnicos Industriais;

12.6.3 Apresentar Registro de pessoa física ao Conselho Regional de Medicina – CRM do Médico Coordenador, com especialização na área de Segurança e Medicina do Trabalho;

12.6.4 Apresentar Registro de pessoa física ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, do Engenheiro de Segurança do Trabalho e o registro do Técnico em Segurança do Trabalho, no Conselho Federal dos Técnicos Industriais CFT;

**12.6.4 Comprovação (através de contrato de trabalho ou registro em CTPS, ou contrato social) de que o licitante possui em seu quadro permanente para compor o SESMT conforme Anexo II da NR-04: 1 (um) engenheiro ou arquiteto portador de certificado de conclusão de curso de especialização em de Segurança do Trabalho e 1 (um) Técnico de Segurança do Trabalho e 1 (um) Aux./Tec. Enferm. do Trabalho e 1 (um) médico do trabalho portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina do Trabalho;**

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**12.7 Exigências para Habilitação** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**12.7.1 Habilitação jurídica**

12.7.2 Pessoa física, cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.7.3 Empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.4 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.7.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

12.7.6 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.7.7 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.7.9 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**12.8 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

12.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.8.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.8.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.8.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**12.9 Qualificação Econômico-Financeira**

12.9.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

12.9.2 Apresentar o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais.

12.9.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

superiores a 1;

12.9.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

12.9.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício.

12.9.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped ou registrado da junta comercial.

12.9.7 Será exigido para fins de habilitação capital mínimo (licitantes constituídas a menos de um ano) e patrimônio líquido mínimo (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

12.9.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.10 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.887.501,60 (um milhão e oitocentos e oitenta sete mil e quinhentos e um reais e sessenta centavos)

### **14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

SEMA

02.03.01 - Secretaria Municipal de Administração

04.122.1001.2004 – Manutenção das Atividades Administrativas da SEMA

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica

Ficha – 39

Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**15 INFORMAÇÕES GERAIS**

**15.1.** Mais informações poderão ser adquiridas pelos telefones (69) 9 9991-2637, no e-mail: [cpl@buritis.ro.gov.br](mailto:cpl@buritis.ro.gov.br) na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal na Rua São Lucas nº 2476, setor 06, Buritis-RO, de segunda à sexta feira das 07h30min às 13h30min.

**16 LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

ORD.	UNIDADE	ENDEREÇO
<b>A Secretaria Municipal de Educação - SEMECE</b>		
Zona Urbana	Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Esporte E Lazer – Semece	Rua Theo bromia, 1580, Setor 02
Zona Urbana	Centro De Formação Inicial E Continuada Do Magistério Público Municipal De Buritis/RO	Avenida Porto Velho 1340 Cetefic, Setor 02
Zona Urbana	Biblioteca Municipal Jorge Amado	Rua Cujubim, 1834, Setor 03,
Zona Urbana	Departamento De Alimentação Escolar	Rua Helenita Ferreira De Souza, 1681, Setor 01,
Zona Urbana	Departamento De Transporte Escolar	Rua 22 De Abril, S/N - St 09
Zona Urbana	Emeief Francisco José Chiquilito Erse	Rua Anna Maria Klein, 2030, Setor 07
Zona Urbana	Emeief Josué De Castro	Av. Rondônia Esquina Com Petrópolis, 2109 St 06. Setor 06.
Zona Urbana	Emeief Paulo Freire	Rua Marechal Hermes Da Fonseca, 1360 Setor 02.
Zona Urbana	Emeief Pedro Eugênio Marcilio	R. Padre Fiovo Camaione, 1844 - Setor 08,
Zona Urbana	Emeief Sebastião Theodoro	R. Forte Príncipe Da Beira, 1506 - Setor 05,

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990

CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

	<b>Bernardo Filho -</b>	
<b>Zona Urbana</b>	<b>Emeief Chapeuzinho Vermelho</b>	<b>Av. Rondônia, 2214 - Setor 06</b>
<b>Zona Rural</b>	<b>Emeief Maria Alves De Souza</b>	<b>Linha C 15, Km 11, Marco Satélite, Zona Rural,</b>
<b>Zona Rural</b>	<b>Emeief Maria Marta Braga</b>	<b>Linha 03 A, Gleba 02, Pa São Paulo, Lote 22 A,</b>
<b>Zona Rural</b>	<b>Emeief José Bonifácio</b>	<b>Linha C-34, Pa, R. Rio Alto - Zona Rural, Buritis -</b>
<b>Zona Rural</b>	<b>Emeief José Américo De Almeida</b>	<b>Linha 20, Gleba 05, Km 12, Lote 29, Pa</b>
<b>Zona Rural</b>	<b>Emeief Tiradentes</b>	<b>Linha 01, Marco 20, Zona Rural,</b>
<b>Zona Urbana</b>	<b>Ceape</b>	<b>Rua Castanheira, 1897, Setor 03, Setor 02,</b>
<b>Zona Urbana</b>	<b>Sede Dos Conselhos</b>	<b>Avenida Porto Velho 1340 Cetefic, Setor 02,</b>
<b>Zona Urbana</b>	<b>Departamento De Esporte, Cultura E Lazer</b>	<b>Praça Jonas Ferreti, Centro,</b>
<b>Zona Urbana</b>	<b>Ginásio Poliesportivo</b>	<b>Avenida Anibal Afonso Amaral, 00, Lote 01, Setor 11,</b>
<b>Zona Urbana</b>	<b>Estádio</b>	<b>Rua Cerejeiras,</b>
<b>Zona Rural</b>	<b>Campo Riva</b>	<b>Linha C 18 0 Campo Do Riva, Zona Rural,</b>
<b>Zona Urbana</b>	<b>Teatro Municipal</b>	<b>Avenida Ayrton Senna, Setor 07,</b>
<b>A Secretaria Municipal De Saúde - SEMUSA</b>		
<b>Zona Urbana</b>	<b>Centro De Especialidades Municipais</b>	<b>Rua Alvorada Do Oeste, Nº2399, Bairro Setor 03</b>

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Zona Urbana	Unidade Basica De Saude Evandor Jose Da Silva	Rua Parecis,2756, Setor 04
Zona Urbana	Unidade Basica De Saude Expedito Gonçalves Ferreira	Rua São Francisco Do Guaporé ,2904, Setor 07
Zona Urbana	Unidade Basica De Saude Nova Porto Velho	Rua Padre Fiovo Camaione, 2173, Setor 08
Zona Urbana	Centro De Saude São Gabriel	Rua Helenita Ferreira ,1948, Setor 01
Zona Urbana	Vigilância Em Saúde (Funasa)	Avenida Rondônia ,2160, Setor 04
Zona Urbana	Caps Centro De Atenção Psicossocial	Avenida Rondônia ,2238, Setor 04
Zona Urbana	Serviço De Atendimento Móvel De Urgencia -Samu	Rua Castanheira ,1741, Setor 03
Zona Urbana	Núcleo De Atenção Básica E Apoio Aos Agentes Comunitários De Saúde	Avenida Monte Negro,1246, Setor 05
Zona Urbana	Centro De Imunização Municipal	Rua Mirante Da Serra ,1740, Setor 03
Zona Urbana	Centro De Fisioterapia	AV. Rondônia 2250, setor 04
Zona Urbana	Almoxarifado Semusa	Rua Castanheira ,1741, Setor 03
Zona Urbana	Conselho Municipal De Saude	Avenida Monte Negro,1246, Setor 05
Zona Urbana	Centro De Abastecimento Farmacêutico	Avenida Rondônia ,2160, Setor 04
Zona Urbana	Vigilancia Ambiental	Avenida Rondônia ,2160, Setor 04
Zona Urbana	Vigilancia Epidemiologico	Avenida Rondônia ,2160, Setor 04
Zona Urbana	Vigilancia Em Saude Do Trabalhador	Avenida Rondônia ,2160, Setor 04
Zona Urbana	Vigilancia Sanitaria	Avenida Rondônia ,2160, Setor 04
Zona Urbana	Farmácia Municipal	Avenida Rondônia ,2160, Setor 04
Zona Urbana	Secretaria Municipal De Saúde	Rua São Lucas, 2476, Setor 06

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

	(Sede Administrativo)	
Zona Urbana	Unidade Básica De Saúde Central	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Departamento De Recursos Humanos -Semusa	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Ouvidoria Do Sus Municipal	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Departamentos De Transportes	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Coordenação De Atenção Básica	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Agendamento De Transportes	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Central De Regulação Municipal	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Laboratóri Municipal	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Farmcia Basica Municipal	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Coordenação Do Serviço De Atenção Domiciliar	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
Zona Urbana	Ambulatório De Saúde Da Mulher	Rua Ibiara Esquina Com Avenida Porto Velho,1534, Setor 03
<b>A Secretaria Municipal De Assistência Social E Trabalho - SEMAST</b>		
Zona Urbana	Sede Da Secretaria E Centro De Referência Especializado De Assistência Social Creas	Rua Cujubim,1850, Setor 03, Buritis.
Zona Urbana	Centro De Referência Da	Rua Rio Pardo S/N Esquina Com Rua Sao

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990

CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

	Assistência Social Cras	Francisco Do Guaporé Setor 06, Buritis. Quara 35, Lotes 18 E 19.
Zona Urbana	Conselho Tutelar	Avenida Foz Do Iguaçu, 1706, Setor 03 Buritis
Zona Urbana	Abrigo Municipal	Rua Helenita Ferreira De Souza, 1948, Setor 01 Buritis
Zona Urbana	Serviço De Convivência E Fortalecimento De Vínculo	Rua Cujubim, 2158, Setor 03, Buritis
Zona Urbana	Agência Reguladora De Serviços Públicos Delegados Do Município De Buritis – AGERB	Travessa Da Rodoviária Sala 2, Nº1310-Setor 06
Zona Urbana	Secretaria Municipal De Obras E Serviços Públicos	Rua Theo bromia Nº1000 Setor 02
Zona Rural	Cemiterio Municipal	Linha Rabo Do Tamanduá, S/N Km 03
Zona Urbana	Praça Central	Avenida Porto Velho, S/N Setor 03
Zona Urbana	Fabrica De Chocolate	Rua Janair De Paula, Setor 07 S/N
Zona Urbana	Fabrica De Manilha	Estrada Da Faveira, Setor 07 S/N
Zona Urbana	Secretaria De Agricultura	Rua Barretos Nº 1651 Setor 03
Zona Urbana	Secretaria De Municipal De Planejamento	Rua São Lucas 2476 Setor 06
Zona Urbana	Gabinete Do Prefeito	Rua São Lucas 2476 Setor 06
Zona Urbana	Secretaria Municipal De Meio Ambiente E Sustentabilidade	Rua Cujubim, 1787, Setor 3
Zona Urbana	Viveiro Municipal	Rua Projetada, Lote 85b, Setor 6
Zona Urbana	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Buritis	Avenida foz iguaçu nº 1885 setor 3

## 17 DAS INFORMAÇÕES GERAIS

17.1 Informações adicionais poderão ser obtidas por meio dos seguintes canais de atendimento:

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Telefone: (69) 9 9991-2637

E-mail: [cpl@buritis.ro.gov.br](mailto:cpl@buritis.ro.gov.br)





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

17.2 Atendimento presencial: Sala da Superintendência Municipal de Licitação, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Buritis, situada na Rua São Lucas, nº 2476, Setor 06 – Buritis/RO, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 13h30min.

**18 RESPONSÁVEIS**

Elaborado por:

**JOSELI MOREIRA DE ARAUJO**

Assessora Executiva – SEMA

Autorizado por:

**JACSON DOUGLAS FOGAÇA**

Secretário Municipal de Administração

Fiscal de contrato

**DIONISIO DA CRUZ**

Rua São Lucas, nº2476, Setor 06  
Buritis/RO, CEP: 76.880-000 – Fone 69 9 9912-5990

CNPJ 01.266.058/0001-44







PREFEITURA DE BURITIS - RO  
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000  
CNPJ: 01.266.058/0001-44

#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JACSON DOUGLAS FOGAÇA - SECRETARIO DE ADMINISTRACAO**, CPF: 019.96\*.\*\*2-\*0 em 19/03/2026 10:52:17, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1093.8W52.8173.2039.6542, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23\*.\*\*2-\*1 em 19/03/2026 10:20:12, Cód. Autenticidade da Assinatura: 10H1.3420.0129.406R.8367, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **3.B5E.1D3** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23\*.\*\*2-\*1, em 19/03/2026 - 10:20:12

Código de Autenticidade deste Documento: 1038.2W20.4127.635H.0660

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

---

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da despesa com pretensa contratação, mensurar os riscos, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência e demais documentos relacionados ao processo de acordo com os princípios que regem a Administração Pública e a Lei nº 14.133/2021.

**1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

**Número do processo:** 0002701.01.01-2025

**Categoria do Objeto:** Serviços continuado

**Área Requisitante:** Secretaria Municipal de Administração

**Responsável Técnico:** Jacson Douglas Fogaça

**2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela Equipe de Planejamento e Apoio a Contratação designado através da Portaria nº 18/SEMA/PMB/2025 e os aspectos administrativos da contratação foram devidamente verificados pelo responsável pela revisão, sendo aprovado pela área demandante e área administrativa.

**3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP**

3.1. O presente ETP foi elaborado com base na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 13.509/2023, e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (NR-7, NR-9, NR-15, NR-17) bem como as demais normas regulamentadoras e os regulamentos do e-Social.

**4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE -( Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso I)**

4.1. A contratação de empresa especializada é essencial para garantir o cumprimento das obrigações legais relativas à Saúde e Segurança do Trabalho (SST), incluindo Elaboração, coordenação e atualização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme NR-7;  
4.2. Execução do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR/GRO), conforme NR-1 e NR-9;  
4.3. Elaboração do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP); Elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), conforme IN nº 128/2022;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

4.4. Realização da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), conforme NR-17; Emissão, manutenção e atualização do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) de acordo com a legislação previdenciária; Gestão e envio dos eventos obrigatórios ao e-Social, especialmente:

4.4.1 S-2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho.

4.4.2 S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador.

4.4.3 S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho Fatores de Risco.

4.5. Tal medida assegura o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária vigente, a preservação da saúde ocupacional dos servidores, a mitigação de riscos trabalhistas e a manutenção da regularidade do ente público perante os órgãos de fiscalização.

## **5. ÁREA REQUISITANTE**

5.1 Secretaria Municipal de Administração.

## **6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO-( Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso III)**

6.1.A empresa contratada deverá obrigatoriamente: Elaborar, implantar, revisar e coordenar os seguintes documentos e programas, conforme legislações vigentes:

6.1.1 PCMSO Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (NR-7);

6.1.2 PGR/GRO Programa de Gerenciamento de Riscos/ Gerenciamento de Riscos Ocupacionais

6.1.3 (NR-1 e NR-9); LTCAT Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho;

6.1.4 LTIP Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade;

6.1.5 AET Análise Ergonômica do Trabalho; PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário.

6.2. Realizar os exames médicos ocupacionais previstos na legislação: Admissionais , Periódicos , Mudança de função , Retorno ao trabalho e Demissionais.

6.3. Gerir e transmitir corretamente os eventos de SST no e-Social, nos prazos legais: S-2210 Comunicação de Acidente de Trabalho; S-2220 Monitoramento da Saúde do Trabalhador; S-2240 Condições Ambientais do Trabalho.

6.4 Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por: Médico do Trabalho (responsável técnico e coordenador do PCMSO), Enfermeiro do Trabalho, Técnico e/ou Engenheiro de Segurança do Trabalho e profissionais habilitados para elaboração de laudos legais.

6.5 O PCMSO deve ser elaborado e assinado por Médico do Trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM), conforme estabelece a NR-7.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

6.6 Para o evento S-2240, somente serão aceitos laudos, pareceres e registros assinados por médicos especializados em Medicina do Trabalho. O evento S-2240 do e-Social deve ser elaborado com base nas informações constantes do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), documento que serve como referência para o envio dos dados. O LTCAT deve ser emitido e assinado por profissional legalmente habilitado, ou seja, Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

6.7 Elaborar, manter atualizado e disponibilizar, sempre que solicitado, o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) de todos os servidores expostos a riscos em conformidade com o art. 58 da Lei nº 8.213/91 e a Instrução Normativa nº 128/2022. Deverá ser garantida, ainda, a emissão retroativa do PPP, quando houver solicitação, abrangendo todo o período laboral do servidor.

6.8 Executar integralmente o PCMSO, incluindo agendamento, realização e registro de todos os exames, emissão do ASO e arquivamento dos prontuários médicos.

6.9 Emitir relatórios mensais e anuais contendo informações de saúde ocupacional, riscos ambientais, exames realizados, afastamentos e indicadores preventivos.

6.10 Utilizar sistema informatizado seguro, com controle de acesso, garantia de sigilo médico, rastreabilidade, assinatura digital e armazenamento de dados conforme LGPD (Lei nº 13.709/2018).

6.11 Prestar suporte e consultoria técnica à Administração Pública em temas relacionados a SST, previdência, aposentadoria especial, ambientes insalubres, eSocial e fiscalização trabalhista.

6.12 Cumprir contrato de natureza continuada pelo período inicial de 12 meses, prorrogável conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.13 A contratada deverá apresentar, juntamente com os atestados, prova de que já executou este tipo de serviço em outras Prefeituras ou órgãos da Administração Pública, demonstrando experiência prévia específica na gestão de SST para entes públicos.

**7. LEVANTAMENTO DE MERCADO-( Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso V)**

7.1. Foram realizadas análises de contratações semelhantes efetuadas por outros órgãos e entidades públicas, por meio de consultas a editais e processos licitatórios disponíveis, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias ou soluções inovadoras que melhor atendam às necessidades da Administração.

7.2 O levantamento preliminar indica ampla oferta de serviços semelhantes, com possibilidade de competição.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Órgão	Ata/Edital	Objetivo	Fonte
Município De Buritis /RO	Processo 1005/23	Despesas Com A Contratação De Empresa Especializada Visando A Elaboração, Atualização E Coordenação Do Programa De Controle Médico De Saúde Ocupacional E A Gestão Das Informações Dos Eventos De Saúde E Segurança Do Trabalho - Sst Para O E-Social Com Transmissão Dos Eventos S-2210, S-2220 E S-2240.	<a href="#">Proc. adm: 0001005.01.01-2023 - id : a3.89d - athus - prefeitura de buritis   datafull tecnologia</a>
Vitória /Es	Processo Administrativo nº 018.2024	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar, atualizar e coordenar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO; Elaborar, atualizar e acompanhar o Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR; Elaborar, atualizar e acompanhar o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT; PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário; Elaborar, atualizar e prestar assistência técnica ao	<a href="https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/18/2024/08/PA-018.2024">https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/18/2024/08/PA-018.2024</a>

Rua São Lucas, 2476, Setor 06 – Fone (69) 9 9912-5990- CEP 76.880-000– Buritis – RO  
CNPJ 01.266.058/0001-44



Pág.: 4 / 11 - ID. do Doc.: 3.916.518 - 03/02/2026 - 08:59:57 - ASSINADO POR(2): CPF:019.96\*. \*\*2\*0 CPF:021.23\*. \*\*2\*1

Pág.: 86 / 94 - ID. do Doc.: 3.B62.59E - 19/03/2026 - 11:47:23 - ASSINADO POR(1): CPF:010.76\*. \*\*2\*9

Cod. de Autenticidade do Doc.: 11K2.3647.4231.A512.2542 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO

Cod. de Autenticidade do Doc.: 0880.7159.3573.K714.6054 - ATHUS - PREFEITURA DE BURITIS - RO



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

		desenvolvimento da Análise Ergonômica do Trabalho - AET; Prestar Assessoria em Saúde e Segurança do Trabalho; Realizar a Gestão de SST - Saúde e Segurança do Trabalho para o esocial (emitir e enviar os arquivos referentes SST para plataforma do esocial); Exames Médicos Ocupacionais - ASO; Validação de Atestado Médico.	
--	--	---	--

Considerando as modalidades de atendimento da necessidade, a Secretaria avaliou as seguintes hipóteses:

**7.2.1 Contratação de empresa especializado:**

7.2.1.1 A contratação de empresa especializada garante expertise técnica, pois disponibiliza profissionais habilitados (médico do trabalho, engenheiro e técnico de segurança). Assegura o cumprimento das legislações de SST e do e-Social, reduzindo riscos de multas. Proporciona agilidade, eficiência e qualidade na elaboração de laudos (PCMSO, PGR, LTCAT, LTIP, AET, PPP) e no envio dos eventos obrigatórios.

**7.2.2 Execução pelos Servidores do Município:**

7.2.2.1 A execução dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) não pode ser realizada pelos servidores do Município, pois a administração não possui equipe técnica especializada exigida pela legislação. Os programas e laudos obrigatórios como PCMSO, PGR/GRO, LTCAT, LTIP, AET, PPP, bem como os exames ocupacionais e o envio dos eventos do e-Social — exigem responsabilidade técnica exclusiva de Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Técnico de Segurança, profissionais que não integram o quadro municipal.

**7.2.3 Conclusão:**

7.2.3.1 A contratação de empresa especializada garante conhecimento técnico qualificado, cumprimento rigoroso da legislação, agilidade na elaboração de PCMSO, PGR, LTCAT, LTIP, AET e PPP, além da emissão correta dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240.

7.2.3.2 A empresa contratada também assegura maior controle dos riscos ocupacionais, redução de passivos trabalhistas e previdenciários, diminuição de multas e melhoria do ambiente de trabalho.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

7.2.3.3 Diante disso, a solução mais eficiente, segura e legal é a contratação de empresa especializada, que assegura qualidade, regularidade, responsabilidade técnica e proteção jurídica ao Município.

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO-( Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso VII)**

8.1 A solução consiste na contratação de empresa especializada em Saúde e Segurança do Trabalho (SST), com capacidade técnica, operacional e legal para: Elaborar, implementar e atualizar o PCMSO, PGR/GRO, LTCAT, LTIP, AET e PPP;

8.1.1 Realizar exames médicos ocupacionais admissionais, periódicos, mudança de função, retorno ao trabalho e demissionais, emitindo ASOs conforme NR-7;

8.1.2 Monitorar continuamente a saúde dos servidores, emitindo relatórios individuais e consolidados;

8.1.3 Gerir e transmitir, de forma segura e tempestiva, os eventos S-2210, S-2220 e S-2240 no eSocial;

8.1.4 Disponibilizar profissionais legalmente habilitados conforme exigência das Normas Regulamentadoras (NRs) e IN nº 128/2022;

8.1.5 Utilizar sistema informatizado com controle de acesso, assinatura digital e armazenamento seguro dos dados, observando a LGPD.

**8.2 Justificativa Técnica**

8.2.1 A contratação é necessária para: Atender exigências legais do Ministério do Trabalho, Previdência e eSocial; garantir a saúde ocupacional dos servidores e reduzir riscos de acidentes e doenças do trabalho; cumprir normas obrigatórias, como NR vigentes.

**8.3 Justificativa Econômica**

8.3.1 A solução gera economia indireta ao Município, por meio de: Redução de passivos trabalhistas e previdenciários; Evita multas por não envio de informações ao e-Social; Previne afastamentos, readaptações e indenizações; Melhora da governança, eficiência administrativa e previsibilidade de custos.

**9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS. - (Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso IV)**

9.1. O quantitativo a ser contratado será definido com base no número de servidores vinculados ao órgão, conforme relação atualizada fornecida pela área de Recursos Humanos, considerando ainda a







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

obrigatoriedade de realização de exames médicos ocupacionais e a transmissão dos eventos de SST (S-2210, S-2220 e S-2240) no e-Social.

Item	Especificação De Objeto	serv.	Mês	Tipo De Prestação De Serviço
01	Contratação de empresa especializada para a elaboração, atualização e coordenação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR/GRO), do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) e do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), além da gestão das informações de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e transmissão dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240 ao e-Social	Serv.	60	Serviço

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO-(Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso VI)**

10.1. Será realizada pesquisa de preços em, no mínimo, três fornecedores, além de consulta a contratações similares em outros órgãos públicos, e banco de preço conforme determinações legais.

Item	Especificação De Objeto	Valor Mensal	Valor Anual
01	Contratação de empresa especializada para a elaboração, atualização e coordenação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR/GRO), do Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), da Análise Ergonômica do Trabalho (AET) e do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), além da gestão das informações de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e transmissão dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240 ao e-Social.	R\$ 31.458,36	R\$ 1.887.501,60

VALOR R\$ 1.887.501,60 (um milhão oitocentos e oitenta e sete mil quinhentos e um reais e sessenta centavos).

**11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO -( Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso VIII)**

Rua São Lucas, 2476, Setor 06 – Fone (69) 9 9912-5990- CEP 76.880-000– Buritis – RO  
CNPJ 01.266.058/0001-44





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

11.1 O objeto desta contratação será licitado em ITEM único, não sendo viável o seu parcelamento, sob pena de comprometimento da execução, da coerência técnica e da responsabilidade legal pelos resultados.

11.2 A adoção do julgamento por item tem por finalidade ampliar a competitividade, assegurar a ampla participação dos interessados e permitir a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e isonomia, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.3 Dessa forma, a opção pelo Pregão Eletrônico com julgamento por item revela-se tecnicamente adequada, juridicamente segura e mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo ao interesse público e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

**12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES- (Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso XI)**

12.1 Não foram identificadas contratações adicionais, correlatas ou interdependentes necessárias para a execução do objeto.

12.2 A empresa contratada será a única responsável pela execução integral dos serviços de SST, não havendo necessidade de contratação de serviços complementares.

**13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO- (Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso II)**

13.1. A Secretaria declara, para os devidos fins, que o objeto deste Estudo Técnico Preliminar está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual PCA/2025 conforme item 128 deste Município, conforme o ID: 6º 3.3BA.0AF.

13.2. Dessa forma, encontra-se devidamente alinhada ao planejamento institucional, da secretaria de administração.

**14. RESULTADOS PRETENDIDOS- (Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso IX)**

14.1 Os principais resultados esperados com a contratação são:

14.1.1 Cumprimento integral das legislações de SST e e-Social;

14.1.2 Redução de riscos de acidentes e doenças ocupacionais;

14.1.3 Envio tempestivo dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240, evitando multas;

14.1.4 Emissão correta de PPP, LTCAT, ASO e demais documentos legais;

14.1.5 Prevenção de ações trabalhistas, previdenciárias e indenizações;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 14.1.6 Preservação da saúde, integração do servidor e melhoria do ambiente de trabalho;
- 14.1.7 Manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do Município.
- 14.1.8 Elaboração periódica de relatórios gerenciais, analíticos e estatísticos, contendo indicadores de riscos, afastamentos, exames realizados, acidentes e medidas de prevenção adotadas;
- 14.1.9 Fornecimento de todas as informações, documentos e dados necessários ao controle interno, auditoria, fiscalização, e-Social e demais exigências legais, garantindo transparência, rastreabilidade e suporte técnico contínuo.

**15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS- (Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso X)**

15.1. Verifica-se que houve contrato anterior para execução do objeto em questão. Todavia, em razão da impossibilidade de prorrogação do referido instrumento, faz-se imprescindível a abertura de novo processo de contratação, de modo a garantir a regularidade, e a continuidade dos serviços.

**16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS-( Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso XII)**

- 16.1. Foi identificado alguns impactos ambientais significativos decorrentes da contratação.
- 16.1.2 Geração de resíduos sólidos, especialmente papéis, prontuários impressos, laudos físicos e materiais utilizados em exames ocupacionais;
- 16.1.3 Consumo energético para operação de equipamentos, computadores e sistemas utilizados na gestão de SST;
- 16.1.4 Emissões atmosféricas indiretas decorrentes de deslocamentos da equipe técnica para execução de inspeções, medições ambientais e atendimentos presenciais;
- 16.1.5 Descarte inadequado de resíduos laboratoriais, materiais descartáveis e itens utilizados na realização de exames clínicos, quando aplicável;
- 16.1.6 Medidas de Mitigação recomenda-se, entretanto, que a contratada adote práticas sustentáveis durante a execução do contrato, tais como priorização de meios digitais, uso de prontuário eletrônico, redução de impressões e descarte adequado de materiais.

**17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE-(Conforme o disposto no Art. 18 § 1º inciso XIII)**

- 17.1 A equipe de planejamento, após análise técnica, legal e econômica, declara viável a presente contratação. Ressalta-se que, embora tenha existido contrato anterior referente ao objeto, este não admite prorrogação, o que justifica a abertura de novo processo, a fim de assegurar a continuidade dos serviços.
- 17.2 Recomenda-se, ainda, que a futura contratada adote práticas sustentáveis na execução





contratual, como a priorização de meios digitais, a redução de impressões e o descarte ambientalmente adequado de materiais, em atendimento ao disposto no Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

**Elaborado por:**

**Joseli Moreira de Araujo**

Assessora Executiva

**Jacson Douglas Fogaça**

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA DE BURITIS - RO  
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000  
CNPJ: 01.266.058/0001-44

#### Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JACSON DOUGLAS FOGAÇA - SECRETARIO DE ADMINISTRACAO**, CPF: 019.96\*. \*\*2-\*0 em **03/02/2026 13:25:50**,  
Cód. Autenticidade da Assinatura: 13U3.0825.5497.447E.4027, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23\*. \*\*2-\*1 em **03/02/2026 08:59:57**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 0842.2X59.057X.A173.7070, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **3.916.518** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **JOSELI MOREIRA DE ARAÚJO**, CPF: 021.23\*. \*\*2-\*1 , em **03/02/2026 - 08:59:57**

Código de Autenticidade deste Documento: 0880.7159.3573.K714.6054

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE BURITIS - RO  
RUA SÃO LUCAS, 2.476 - SETOR 06, BURITIS / RO - 76.880-000  
CNPJ: 01.266.058/0001-44

THIAGO ALVES DE SOUSA -  
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E  
CONTRATAÇÕES

#### Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.76\*. \*\*2-\*9 em **19/03/2026 11:50:55**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1187.2W50.455U.W818.0122, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



#### Informações do Documento

ID do Documento: **3.B62.59E** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **TAYNARA VIEIRA BORDINHAO**, CPF: 045.94\*. \*\*2-\*2, em **19/03/2026 - 11:47:23**

Código de Autenticidade deste Documento: 11K2.3647.4231.A512.2542

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

